



Justiça do Trabalho

É tempo de resistir e não de se ajoelhar!

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT – prepara uma série de medidas e reformas para adequar a Justiça do Trabalho aos limites da Emenda Constitucional 95 – conhecida como a PEC dos gastos públicos e apelidada de a PEC DO FIM DO MUNDO.

A pretensão do CSJT é reduzir sobremaneira a área administrativa dos tribunais fundindo secretarias, coordenadorias, setores e seções, demitir trabalhadores terceirizados (previsão de 20% do contingente atual), reduzir à força de trabalho, o consumo de energia e de água e resumir ao máximo a compra de material de expediente.

No segmento judicial, os fóruns de pequena dimensão como o de Teresina, teriam uma só secretaria para todas as Varas, além de uma redução drástica nas gratificações para quem exerce função de importância vital, como os chefes de audiência e das seções de cálculo.

Ou seja, o pescoço que está indo para a guilhotina é o dos trabalhadores e não o dos magistrados. Provavelmente seus gabinetes estarão intactos, enquanto a Justiça do Trabalho e seus trabalhadores são atirados aos tigres.

Mas a continuar com essa postura de dobrar-se aos cortes vorazes do matadouro da máquina pública – a PEC do fim do mundo, a que não tem piedade nem nunca terá - com certeza a mesma lâmina que nos tritura hoje não respeitará a imponente das togas no dia de amanhã.

Sim, se não houver reação, o TRT do Piauí pode voltar a ser uma filial do TRT do Maranhão, retroagindo a história em mais de um quarto de século. Sim, se o caminho apontado é o da sujeição sem nenhuma reação, a Justiça do Trabalho estará preparando o seu próprio funeral. Aliás, a extinção da Justiça do Trabalho é o sonho de consumo de empresários e banqueiros desde a sua criação.

O orçamento federal de 2020 paralisa toda a máquina pública no Brasil. A proposta orçamentária da Justiça do Trabalho para próximo ano decresceu 1,7 bilhões de reais comparados a 2016. Só a inflação acumulada nesse período foi superior a 13%.

Na educação, na pesquisa, na saúde, no meio ambiente e na segurança pública o desmonte é assustador. Estão cortando além da carne. Já para as Forças Armadas o governo Bolsonaro prevê um aporte a mais de 4,7 bilhões de reais, reafirmando a sua opção pelos quartéis e pelos ricos e sua rejeição aos pobres que necessitam da proteção do Estado.

O Ministro Paulo Guedes, testa de ferro dos banqueiros, afirma que não há recurso para cobrir os gastos públicos. E jamais haverá, enquanto 44% do orçamento da União for apropriado para pagar juros e amortizações da dívida pública. Em 2019, a previsão é de pagar aos rentistas 1,4 trilhão de reais. A título de comparação, a previdência social – que está em estado terminal - consumirá cerca de 768 bilhões de reais, ou seja pouco mais da metade do que se paga a meia dúzia de parasitas que vivem sugando o dinheiro público sem produzir uma cabeça de alfinete que seja.

Mas ao invés de buscar unir todos os que fazem a Justiça do Trabalho, o CSJT/TST ignorou a representação sindical na formação da comissão que vai elaborar as sugestões para enfrentar a crise, conforme se pode ver no ATO CSJT.GP.SG. Nº92, DE 06 DE MAIO DE 2019.

Não há solução unilateral! Exigimos que a FENAJUFE e os sindicatos tenham assento nos espaços de construção de uma saída, antes que da Justiça do Trabalho só restem cinzas.

CARO NÃO É A JUSTIÇA, CARO É A DÍVIDA PÚBLICA!
TIREM AS MÃOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO!!!



Lei da liberdade econômica: mais um ataque aos direitos dos trabalhadores

O governo Bolsonaro bancou e sancionou a autodenominada Lei da Liberdade Econômica, que na verdade aumenta a liberdade dos patrões para explorar os trabalhadores.

Por essa Lei, o trabalhador pode ser convocado para trabalhar aos domingos e feriados sem que o patrão tenha que pagar o adicional por serviço extraordinário. Ou seja, os dias reservados ao lazer com a família agora serão dedicados ao trabalho, sem que o empregador precise gastar um centavo a mais por isso.



Também, a obrigatoriedade dos registros de entrada e saída – o nosso tão conhecido 'ponto' – foi flexibilizada. Agora o patrão está liberado para aumentar a taxa de exploração a seu bel prazer. Afinal, como o operário vai provar que trabalhou mais do que as 8 horas diárias previstas na Constituição Federal se não há registro algum?

A cantilena é a mesma. É preciso flexibilizar a legislação para diminuir o custo emprego. Foi assim na reforma trabalhista e na reforma da previdência. Entretanto o desemprego só aumenta.

E não é para menos. O principal fator que onera o custo emprego é o salário e não os encargos. E o salário no Brasil é irrisório. Enquanto o salário médio nos países desenvolvidos é em torno de 12 mil reais, no Brasil mal ultrapassa a 3 mil reais.

Mesmo que seja verdadeira a informação de que no Brasil a cada real de salário paga-se a mais 100% de encargo e na Europa só 50%, ainda assim o custo emprego aqui é 1/3 do de lá. Entretanto, o desemprego acontece aqui e não nos EUA. Por quê?

O que se quer no fundo, e só não percebe os cegos que se negam a enxergar, é implantar uma política voraz de acabar com direitos seculares dos trabalhadores para que o capital possa multiplicar seus lucros ad infinitum.

Contra isso, nós temos que nos levantar!

Mínimo

O salário mínimo baixou 10 reais como se pode baixar o que já é mínimo?

Tudo pode nesse país surreal!
Homens mínimos com salários máximos
máxima empáfia para homens cínicos

O salário mínimo baixou 10 reais mas não baixou o desemprego, o preço do leite, da chita, da passagem, do aluguel, do peixe, do creme dental, do sorriso, do afeto, nem do ingresso das gerais

O salário mínimo baixou 10 reais o que subiu foi o gás

em nome do ajuste fiscal confiscaram 10 reais de milhões de operários que já ganham pouco e mal mas não confiscam os salafrrários que assaltaram o erário e vivem a sorrir nos jornais

o salário mínimo baixou 10 reais já a cotação do governo não tem como baixar mais

(Pedro Laurentino)

Filie-se ao SINTRAJUFÉ/PI

O SINTRAJUFÉ/PI conclama a unidade e organização da categoria pela manutenção dos nossos direitos e condições de trabalho, reafirmando a luta contra a retirada de direitos. Nenhum Direito a Menos.

Aproveite os convênios para os sócios: são mais de 40 empresas credenciadas que oferecem um infinidade de serviços. Faça o download do aplicativo da VCV Convênios e confira os descontos diferenciados aos nossos filiados. Faça download nas lojas: Play Store ou no iOS.

As empresas possuem a lista de associados. Para ter acesso aos descontos, os filiados devem apresentar no estabelecimento um documento de identificação com foto ou crachá institucional. Os dependentes diretos podem ter acesso as promoções desde que comprovem o parentesco.

Não fique só, fique sócio!

40%
DE DESCONTO EXCLUSIVO
PARA **FILIADOS** E
DEPENDENTES NAS
EMPRESAS CONVENIADAS

SINTRAJUFÉ PI
SINDICATO DOS TRABALHADORES DO JORNALISMO DE PI

VCV Convênios
Compartilhe

Use um leitor de QR Code ou acesse
<https://app.vcvcv.com.br/convnios/pelo celular>

FAÇA O DOWNLOAD AGORA MESMO
E DESFRUTE DAS VANTAGENS!